

FERNANDA TARTUCE

# PROCESSO CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA

*Teoria e Prática*

**5<sup>a</sup>**  
edição *revista,  
atualizada  
e reformulada*



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 01.09.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2021 by  
**Editora Forense Ltda.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Rua Conselheiro Nébias, 1.384  
São Paulo – SP – 01203-904  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A partir da 2ª edição, a obra *Processo Civil Aplicado ao Direito de Família* passou a se chamar *Processo Civil no Direito de Família – Teoria e Prática*.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

Tartuce, Fernanda

Processo civil no direito de família: teoria e prática / Fernanda Tartuce. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-9084-8

1. Direito de família. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

20-63628

CDU: 347.6(81)

---

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135Leandra 6135



# SUMÁRIO

Abreviaturas e siglas usadas .....	XXIII
------------------------------------	-------

## PARTE I

### PROCESSO CIVIL E CAUSAS FAMILIARES

<b>1. Processo, família e Estado</b> .....	1
1.1. Advocacia e causas familiares .....	1
1.2. Processo civil: objeto e aplicação a diferentes perfis de conflitos .....	3
1.2.1. Objeto das normas processuais .....	3
1.2.2. Caráter transubstancial do processo .....	5
1.2.3. Tipicidade e flexibilidade no processo civil .....	8
1.3. O perfil dos conflitos familiares .....	12
1.3.1. Configuração peculiar .....	12
1.3.2. Controvérsia real × controvérsia apresentada a terceiros .....	15
1.4. Direito de Família e intervenção estatal .....	17
1.4.1. Ordem pública .....	17
1.4.2. Disponibilidade e indisponibilidade .....	21
1.4.3. Regramento do Código Civil sobre a interferência estatal .....	24
<b>2. Via consensual como opção à resposta contenciosa</b> .....	28
2.1. Possíveis vantagens da via consensual .....	31
2.2. Possíveis desvantagens da via consensual .....	34
<b>3. Jurisdição nos conflitos familiares: peculiaridades</b> .....	36
3.1. Ações de estado e ações de família .....	36
3.2. “Procedimento especial” no Código de Processo Civil de 2015 .....	37

3.3.	Outras disposições sobre família no CPC/2015.....	40
3.4.	Visão panorâmica: olhar diferenciado no processamento de demandas familiares em prol da efetividade? .....	42
3.4.1.	Competência.....	43
3.4.1.1.	Especialização de juízos e normatização pelos tribunais.....	43
3.4.1.2.	Distribuição de novos processos .....	45
3.4.1.3.	Escolha de foro .....	49
3.4.2.	Capacidade processual dos litigantes .....	52
3.4.3.	Legitimidade para agir .....	57
3.4.4.	Causa de pedir e limitações quanto a dados relevantes.....	62
3.4.5.	Pedido.....	65
3.4.6.	Citação.....	68
3.4.7.	Resposta do demandado.....	72
3.4.7.1.	Tempo razoável para a audiência .....	72
3.4.7.2.	Alegações de suspeição e impedimento .....	77
3.4.7.3.	Contestação .....	79
3.4.8.	Mediação e conciliação .....	86
3.4.8.1.	Direitos em disputa.....	86
3.4.8.2.	Limites à luz das “fases da perda” .....	89
3.4.8.3.	Mediação extrajudicial.....	91
3.4.8.4.	Estímulo por magistrados .....	95
3.4.8.5.	Possível dispensa da sessão consensual.....	99
3.4.9.	Audiências de instrução.....	106
3.4.10.	Prova: dificuldades e possibilidades peculiares .....	108
3.4.10.1.	Ônus de provar e distribuição dinâmica do encargo.....	109
3.4.10.2.	Provas ilícitas em demandas familiares.....	113
3.4.10.3.	Questões polêmicas.....	116
3.4.10.4.	Ata notarial.....	124
3.4.10.5.	Prova por meio de estudos e exames .....	126
3.4.10.6.	Prova oral .....	136
3.5.	Participação do Ministério Público.....	138
3.6.	Segredo de justiça.....	144
<b>4.</b>	<b>O tempo e a demanda familiar.....</b>	<b>146</b>
4.1.	Tutelas provisórias de urgência .....	149
4.1.1.	Espectro de possibilidades no sistema processual: do CPC/1973 ao CPC/2015 .....	149
4.1.2.	Diferença e fungibilidade.....	152

4.1.3.	Falta de propositura da demanda principal: extinção ou conservação da cautelar?.....	153
4.1.4.	Sequestro, arrolamento e bloqueio de bens.....	155
4.1.5.	<i>Periculum in mora</i> inverso/reverso: destaque no contexto pandêmico (Covid-19).....	157
<b>5.</b>	<b>Recursos: ponderações especiais</b> .....	<b>160</b>
5.1.	A pertinência do agravo de instrumento em demandas familiares.....	161
5.2.	Apelação.....	166
5.2.1.	Cabimento .....	166
5.2.2.	Efeitos da apelação.....	167
5.2.3.	Novas alegações.....	170
5.3.	Recurso especial.....	173
5.4.	Recurso extraordinário .....	177
5.4.1.	Visão geral .....	177
5.4.2.	Casos apreciados pelo STF .....	180
5.5.	Julgamento de recursos em bloco.....	185
<b>6.</b>	<b>Execução e cumprimento de sentença</b> .....	<b>187</b>
6.1.	Acordo e título executivo .....	188
6.2.	Aplicação de medidas diferenciadas para a efetivação de ordens judiciais.....	191
<b>7.</b>	<b>Precedentes e litígios familiares</b> .....	<b>194</b>
7.1.	Relevância do tema.....	194
7.2.	Formação do precedente: importância das circunstâncias fáticas e necessidade de boa fundamentação.....	197
7.3.	As circunstâncias fáticas e os precedentes em litígios familiares.....	199
7.4.	Distinção e modificação em conflitos familiares.....	205

## PARTE II

### DEMANDAS FAMILIARES EM ESPÉCIE

<b>1.</b>	<b>Demandas familiares específicas: considerações iniciais</b> .....	<b>207</b>
<b>2.</b>	<b>Alimentos</b> .....	<b>208</b>
2.1.	Ampla normatização.....	208
2.2.	Situação de urgência e medida liminar.....	213
2.3.	Alimentos gravídicos .....	218
2.3.1.	Legitimidade.....	219
2.3.2.	Indícios e carga dinâmica da prova.....	221
2.4.	Competência .....	224
2.5.	Legitimidade.....	228

2.5.1.	Parentes próximos.....	228
2.5.2.	Legitimidade e obrigação alimentar de avôs/avós.....	230
2.6.	Atuação do Ministério Público no polo ativo.....	238
2.7.	Capacidade processual.....	240
2.8.	Defesa.....	245
2.9.	Questões probatórias: binômio necessidade/capacidade.....	250
2.10.	Efeitos da sentença de alimentos.....	254
2.10.1.	Análise da Súmula n. 277 do STJ.....	254
2.10.2.	Decisões proferidas em demandas revisionais e exoneratórias.....	258
2.11.	Questões recursais.....	261
2.12.	Cumprimento de sentença.....	263
2.12.1.	Evolução e destaques sobre o rito.....	263
2.12.2.	Requerimento, cumulação, flexibilidade procedimental e peculiaridades do contexto pandêmico.....	268
2.12.3.	Reações do executado.....	276
2.12.4.	Prisão.....	287
2.12.5.	Protesto e cadastros de restrição ao crédito.....	293
2.12.6.	Abandono material.....	296
2.13.	Execução fundada em título executivo extrajudicial.....	298
2.13.1.	Escritura pública e obrigação alimentar.....	298
2.13.2.	Desconto em folha.....	301
<b>3.</b>	<b>Dissolução do vínculo conjugal.....</b>	<b>311</b>
3.1.	A polêmica sobre a extinção da separação.....	311
3.1.1.	Persistência da separação.....	312
3.1.2.	Supressão da separação.....	313
3.1.3.	Repercussões processuais dos posicionamentos.....	315
3.2.	Aspectos procedimentais do divórcio.....	317
3.2.1.	Competência.....	319
3.2.2.	Partes.....	320
3.2.3.	Atuação do MP.....	323
3.2.4.	Citação.....	326
3.2.5.	Revelia e julgamento antecipado.....	328
3.2.6.	Contestação.....	329
3.2.7.	Ampliação objetiva e reconvenção na ação de divórcio.....	330
3.2.8.	Elementos probatórios.....	337
3.2.9.	Decisão sobre o divórcio: natureza, efeitos e aspectos recursais.....	338

3.2.9.1.	Possibilidade de cisão da decisão e divórcio limitado.....	340
3.2.10.	Cumprimento de sentença.....	343
<b>4.</b>	<b>Reconhecimento e dissolução de união estável</b> .....	346
4.1.	Vias consensuais extrajudicial e judicial .....	348
4.2.	Competência .....	349
4.3.	Partes .....	353
4.3.1.	Legitimidade ativa .....	353
4.3.2.	Legitimidade passiva .....	356
4.4.	Intervenção do MP .....	358
4.5.	Causa de pedir.....	358
4.6.	Elementos probatórios.....	361
4.7.	Decisão e aspectos recursais .....	366
<b>5.</b>	<b>Convivência familiar (“visita”)</b> .....	366
5.1.	Panorama normativo .....	367
5.2.	Guarda e regime de relacionamento familiar .....	369
5.3.	Importância de regimes adequados .....	372
5.4.	A relevância do consenso .....	374
5.5.	Legitimidade.....	378
5.6.	Aspectos probatórios .....	382
5.6.1.	Visão geral.....	382
5.6.2.	Escuta de crianças e adolescentes .....	384
5.6.3.	Indícios de alienação parental e tutela provisória específica..	387
5.6.4.	Análise de decisões restritivas quanto à configuração de indícios de alienação parental .....	388
5.7.	Cumprimento do regime de visitas .....	396
5.7.1.	Visitas monitoradas .....	396
5.7.2.	Medidas coercitivas .....	401
5.7.2.1.	Busca e apreensão .....	402
5.7.2.2.	Multas .....	407
<b>6.</b>	<b>Parentalidade</b> .....	415
6.1.	● pai, o filho e o Poder Judiciário: imposição e consenso .....	416
6.2.	Modalidades de paternidade e reconhecimento em juízo .....	417
6.3.	Demanda adequada: investigatória/negatória de paternidade ou anulatória de registro civil? .....	421
6.4.	Reconhecimento voluntário e arrependimento .....	423
6.5.	Ampliação do espectro probatório .....	425

6.6. Direito ao conhecimento da ascendência biológica e imprescritibilidade das ações de estado.....	427
6.7. Exame de DNA: efeitos da recusa .....	429
6.8. Coisa julgada e vínculo de filiação: hipótese de relativização? .....	433

### PARTE III

## CASOS, ENCAMINHAMENTOS E PETIÇÕES

<b>1. Considerações iniciais</b> .....	437
1.1. Visão geral.....	437
1.2. Indicação da opção por autocomposição na petição inicial .....	439
<b>2. Alimentos</b> .....	440
2.1. Fixação de alimentos.....	440
2.2. Oferta de alimentos.....	446
2.3. Revisão de pensão alimentícia.....	449
2.4. Exoneração de obrigação alimentar .....	453
2.5. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos sob pena de prisão .....	457
2.6. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos mediante desconto na folha de pagamento... ..	460
2.7. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos – cumulação de requerimentos de pena de prisão e expropriação de bens.....	463
<b>3. Divórcio</b> .....	468
3.1. Divórcio litigioso .....	468
3.2. Divórcio consensual.....	473
<b>4. Dissolução de união estável</b> .....	475
4.1. Ação de reconhecimento e extinção de união estável .....	475
4.2. Dissolução consensual de união estável.....	479
<b>5. Convivência familiar</b> .....	482
5.1. Regulamentação de convivência (“visita”) .....	482
5.2. Modificação de guarda .....	485
<b>6. Paternidade</b> .....	488
6.1. Ação de investigação de paternidade .....	488
6.2. Ação negatória de paternidade.....	492
<b>Bibliografia</b> .....	497